



## DIREITOS HUMANOS

Criação de um grupo para investigar crimes cometidos contra etnias na ditadura militar não saiu do papel. Regime autoritário tomava posse dos territórios originários de forma violenta, além de promover ações de recrutamento

# Indígenas cobram Comissão da Verdade

» IAGO MAC CORD\*

Minervino Júnior/CB/D.A.Press



No início do mês, na Esplanada, indígenas reivindicaram direitos e denunciaram crimes cometidos ao longo de décadas contra os povos originários

O Acampamento Terra Livre (ATL) — que ocorreu neste mês —, considerado o maior evento de mobilização dos povos indígenas do Brasil, trouxe de volta o debate sobre a responsabilização dos militares do período ditatorial pela perseguição e repressão dos povos originários. Para as lideranças, o tema está diretamente ligado com a batalha pela demarcação de territórios, prevista na Constituição de 1988.

Em 2023, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva planejava a instalação de uma Comissão Nacional Indígena da Verdade (CNIV) para o ano seguinte, por meio do Ministério dos Povos Indígenas, da ministra Sônia Guajajara. No entanto, a ação não saiu do papel. O objetivo era fomentar uma melhor justiça de transição, que mesmo após a redemocratização, ainda sofre nas mãos do agronegócio, dos garimpos ilegais e de madeiras clandestinas.

O **Correio** procurou o Ministério dos Povos Indígenas e a Fundação Nacional dos Povos Indígenas para tratar do tema, mas não obteve resposta.

Ao jornal, o líder indígena Ailton Krenak afirma que, para implementar uma comissão, é preciso observar a realidade e o contexto político atual. Para ele, o grupo poderia ser criado por meio de recursos públicos e com a definição oficial sobre funções e metas. “Quem é que vai instalar uma comissão dessa? Com quem vai acordar e quem vai autorizar? Vai ser o presidente da República sozinho? Vai ser o Congresso ou o Judiciário? Quem assumirá o risco de estar à frente de uma comissão como essa em uma situação em que a democracia é o tempo inteiro agredida?”, questiona.

Ele critica a falta de resolução do Marco Temporal e a ausência de uma comissão para investigar os crimes contra os povos originários. “Quando a gente olha o período da ditadura e as

### » Apib faz 20 anos

A Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) completa duas décadas em 2025. A entidade é a principal mobilização dos povos originários e foi criada durante o segundo Acampamento Terra Livre (ATL), evento que chegou à sua 21ª edição, integrando o chamado Abril Indígena. A instituição tem como propósito fortalecer a união, a articulação entre as diferentes regiões e organizações do país, além de unificar as lutas dos povos indígenas, a pauta de reivindicações e demandas e a política do movimento.

violências contra os povos indígenas, percebe que tem um dispositivo que é permanente”, diz o filósofo imortal da Academia Brasileira de Letras.

Krenak também aponta os erros da tese da demarcação de

terras. Segundo ele, o assunto está ligado diretamente a posse ilegal de áreas por militares durante a ditadura. “Muda de nome, mas aparece com o mesmo propósito, que é retirar os direitos destes povos originários, impor

um sistema de governo que obriga essas pessoas a se integrar ao regime nacional da experiência da vida brasileira sem os seus direitos originários”, lamenta.

O líder indígena Edson Kayapó, professor de história do Instituto Federal da Bahia (IFBA), filha do mesmo entendimento. Ele também afirma que serviços do governo teriam sido usados para financiar a corrupção e a violência contra os povos originários.

“Em 1967, o Serviço de Proteção ao Índio (SPI) foi extinto, denunciado, inclusive, pelo Relatório Figueiredo, que falava de todas as atrocidades que o SPI tinha cometido. E aí, quem

assume essa política, como agência de tutela, foi a famosa Fundação dos Povos Indígenas (Funai). A Funai, na verdade, vai continuar com a mesma prática de violência, uma prática de integração do indígena ao seio da sociedade brasileira. A ideia, então, não muda”, aponta Kayapó.

O professor também aponta a importância do protagonismo indígena para a criação de uma comissão da verdade. Ele explica que, ao longo da história, a produção de conhecimento, de história e antropologia sobre os povos era feita, geralmente, por pessoas brancas que não dialogavam e nem buscavam

aproximação com as etnias. “Quem deve estar na linha de frente, na coordenação disso, tem que ser indígenas especialistas e lideranças indígenas. Isso não significa dizer que não indígena não vai participar. Poderá participar, sim, mas quem vai estar no comando, quem vai estar controlando a rédea, serão os indígenas. Isso é fundamental”, defende.

### Reformatório Krenak

A ditadura militar tomava posse dos territórios originários de forma ilegal e violenta. De acordo com o relatório final da Comissão Nacional da Verdade, pelo menos 8.350 indígenas foram mortos no período investigado (1946-1988). O documento destaca que esse número é uma “pequena parcela do que se perpetrou” e descreve como os planos governamentais sistematicamente levaram a tomada das áreas.

Ailton Krenak conta que em sua aldeia, em Minas Gerais, foi criado um “laboratório” da ditadura militar — que mais tarde viria a ser conhecido como Reformatório Krenak. Ele explica que era como “um ensaio da ditadura”, militarizando os indígenas por meio de um regime de quartel na aldeia, criando policiais que iriam compor a Guarda Rural Indígena (Grin).

Para lá, eram encaminhados indígenas de diversas etnias que desobedeciam o SPI. “Imagina, um cara retirado lá do meio de Craó e jogado aqui na beira do Rio Doce, em Minas Gerais. Ele recebe uma farda de soldado, uma farda falsa, porque era uma guarda inventada por um militar aqui de Minas Gerais, uma guarda chamada Grin. Esse sujeito (o servidor público Manoel dos Santos Pinheiro, conhecido como Capitão Pinheiro) fez um ensaio, ele queria criar uma milícia indígena, só que pelo Estado”, relata Krenak.

\*Estagiário sob a supervisão de Luana Patriolino

## NAS ENTRELINHAS



Por Luiz Carlos Azedo  
luizazedo.df@dabr.com.br

## Na Páscoa, oremos por quem não tem paz nem segurança

Na tradição judaica, a Páscoa comemora a libertação dos hebreus da escravidão no Egito, liderada por Moisés, conforme o livro do Êxodo. Essa celebração já existia séculos antes do cristianismo e envolvia o sacrifício de um cordeiro e uma refeição ritual. No hebraico, “Pessach” significa “passagem”, Páscoa para os cristãos.

No Brasil de maioria cristã (católicos, ortodoxos e protestantes), a Páscoa é a maior celebração litúrgica, somente suplantada pelo Natal. A Semana Santa não é apenas um feriado. Representa a esperança, a renovação espiritual, a vitória do bem sobre o mal e da vida sobre a morte.

Missas, procissões, vigílias, jejuns e a Paixão são ritos de passagem que fortalecem a solidariedade e a fraternidade na sociedade. Mesmo o lado comercial da Páscoa tem esse significado: a origem da tradição é o culto à Eostre, deusa anglo-saxônica da fertilidade e do renascimento, que coelhos e ovos de Páscoa representam.

Como no interregno entre as grandes guerras mundiais do século passado, vivemos tempos sombrios, nos quais religiões servem para legitimar guerras civis e punitivas, projetos expansionistas e reacionários.

Vivemos a incerteza e a insegurança da maior desordem internacional desde Segunda Guerra Mundial, devido à truculência do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, com sua mentalidade de querer se impor pela força, aliado de Vladimir Putin (Rússia) e Benjamin Netanyahu (Israel), senhores da guerra.

Há 122,6 milhões de pessoas deslocadas no mundo, segundo dados do ACNUR (Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados), dos quais 72,1 milhões são fugitivos em seu próprio país e 43,4 milhões, refugiados em busca de proteção em outras nações. Em 2016, eram cerca de 67 milhões.

Mesmo assim, Trump suspendeu os recursos destinados aos programas de ajuda humanitária. A USAID, responsável pela assistência externa dos

EUA, teve 10 mil programas de ajuda em todo o mundo interrompidos. Programas de saúde, como o PEPFAR, que fornece tratamento para HIV em 54 países, e agências da ONU, como a UNRWA, que apoia refugiados palestinos, perderam a ajuda dos EUA.

### Reze pelo Haiti

Nesta Páscoa, após dois anos de guerra civil entre o exército sudanês e as Forças de Apoio Rápido (RSF), o Sudão registra mais de 12,6 milhões de deslocados, incluindo 4 milhões que buscaram refúgio em países vizinhos, como Chade e Egito. Cerca de 25 milhões de pessoas enfrentam fome extrema, genocídio e violência sexual.

Na Guerra da Ucrânia, a Rússia declarou uma trégua unilateral na Páscoa, mas não há paz à vista. Cerca de 12.910 ucranianos civis foram mortos e 30.700 feridos. Em abril, em dois ataques russos, 54 pessoas morreram, sendo nove crianças, e 39 ficaram

feridas. Estima-se que 46 mil soldados ucranianos morreram e 390 mil ficaram feridos. Entre os russos, 165 mil mortos e 900 feridos. Trinta e cinco mil militares ucranianos estão desaparecidos, assim como 48 mil russos.

O conflito entre Israel e Hamas destruiu Gaza, com entre 60 mil e 70 mil mortos e mais de 100 mil feridos palestinos até janeiro de 2025. Quase 2 milhões de pessoas foram deslocadas e 95% da população não têm água potável. Infraestrutura, escolas e hospitais foram destruídos.

Em Mianmar, 3,5 milhões de pessoas foram deslocadas após o golpe militar de 2021. Recentemente, 3,3 mil morreram no terremoto, o que agravou a crise humanitária.

Na Colômbia, recrudescer o conflito entre o Exército de Libertação Nacional (ELN) e dissidentes das FARC, que resultou em mais de 100 mortos em janeiro de 2025. Cerca de 20 mil pessoas deixaram suas moradias.

A crise humanitária no Haiti parece

não ter fim. Somente entre janeiro e março deste ano, 1,5 mil pessoas foram mortas, 533 prisioneiros foram resgatados das prisões pelas gangues e mais de um milhão de pessoas estão deslocadas. A fome atinge 5,7 milhões de haitianos. “Pense no Haiti, reze pelo Haiti/O Haiti é aqui”, diria Cawetano Veloso.

Amapá (69,9 mortes por 100 mil habitantes), Bahia (46,5 por 100 mil) e Pernambuco (40,2 mortes por 100 mil) lideram o ranking da violência no Brasil. Em contraste, São Paulo (7,8), Santa Catarina (8,9) e Distrito Federal (11,1) têm as menores taxas de homicídios.

Com a “territorialização” do crime organizado, traficantes e milicianos controlam favelas e subúrbios das nossas principais cidades. Entretanto, ainda há uma esperança. Houve redução da violência: em 2023, foram 46.328 mortes violentas intencionais, a taxa nacional foi de 22,8 mortes por 100 mil habitantes, a mais baixa desde 2011. Em 2024, houve uma queda de 5% no número de assassinatos, totalizando 18,21 mortes por 100 mil habitantes.

Feliz Páscoa!